

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Movimentos

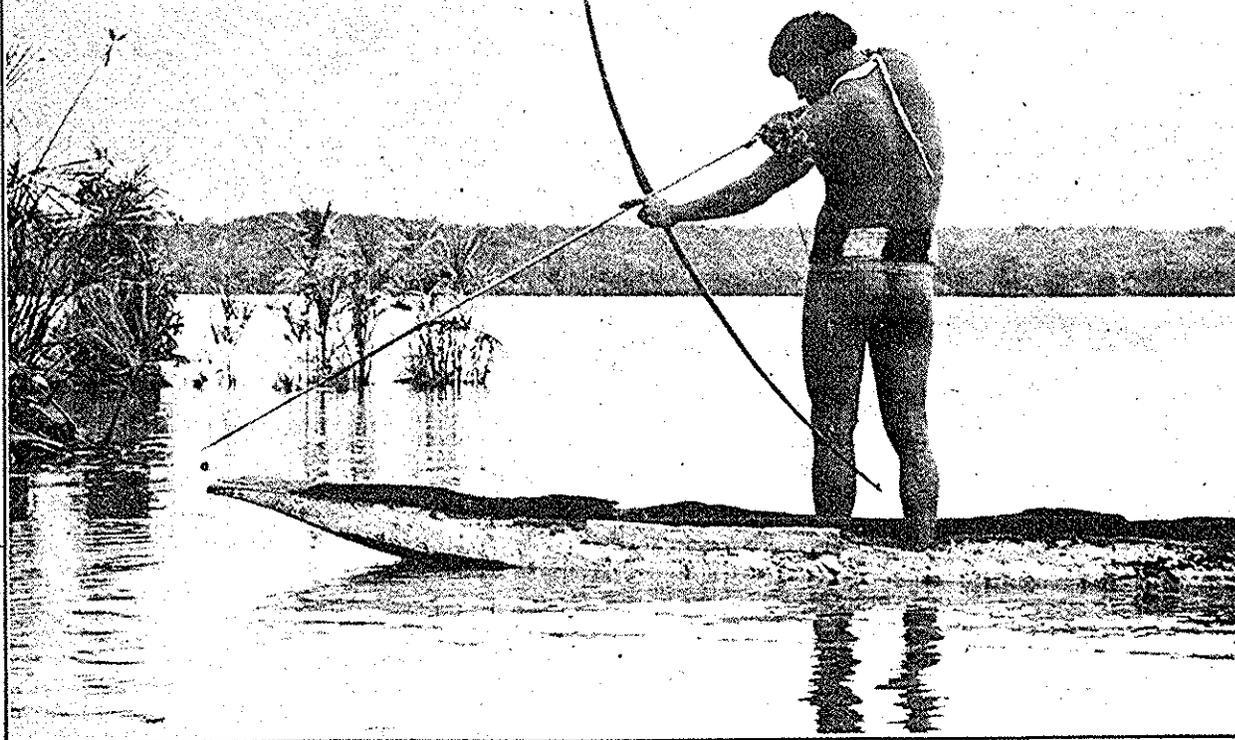
Class.: 34

Data: 28/03/77

Pg.: _____

CULTURA

A NOVA
ANTROPOLOGIA



ENSAIO

Da selva à "Boca do Lixo"

Carlos Dória e Carlos Alberto Ricardo

Em toda a ciência, está sempre em jogo, como o conhecimento que acumula se relaciona com a sociedade, para quem serve, a quem serve. Os estudos de antropologia, no Brasil, ampliam consideravelmente seu campo de estudo; das tradicionais sociedades indígenas, passam também para o campesinato, as religiões, o carnaval, a classe média. Nos debates que essa ampliação produz, refletem-se, além das questões ligadas à responsabilidade social de todo cientista, profundas transformações pelas quais passa a sociedade brasileira no momento, o ensino e a pesquisa universitários. Movimento ouviu alguns dos principais antropólogos do país a respeito de tais problemas, buscando saber como eles se vinculam aos respectivos trabalhos e perspectivas de pesquisa e reflexão.

A antropologia que, nos dicionários, é definida como a "ciência que estuda o Homem" tornou-se ao longo da história quase que sinônimo da ciência que estuda exclusivamente os povos indígenas ou "primitivos". Isto porque um de seus ramos, a antropologia física, além de estudar a evolução do homem enquanto espécie dedica-se também ao estudo das diferenças raciais verificadas no conjunto da humanidade, diferenças que o Ocidente só pode conhecer através da diversidade dos povos com que entrou em contacto a partir da expansão colonialista, em especial com a descoberta da África e das Américas. Mas não só a diversidade física dos povos do mundo constituiu a tradição antropológica, também a diversidade de crenças, costumes e modos de vida tornou-se o principal objeto de estudo da antropologia cultural ou antropologia social. Portanto a antropologia tornou-se para o ocidente a ciência que expressa seu modo mais apurado

de compreender as diversas formas de vida social existentes, ou já extintas, no mundo conquistado pelo colonialismo. Hoje, os antropólogos brasileiros, bem como os de outros países, recusam quase que unanimemente esta restrição de seu campo de investigação ao conhecimento de outros povos. Alegam que, também em nossa sociedade ocidental, tão cheia de tradições, há uma enorme diversidade de formas de vida que constituem igualmente objeto legítimo de estudo por parte da antropologia.

Na última reunião da Associação Brasileira de Antropólogos, realizada em Salvador no segundo semestre do ano passado, o novo conjunto de interesses dos antropólogos brasileiros foi denominado a "área do lixo" de nossa sociedade: o campesinato, as religiões populares tradicionais, festas populares como o carnaval, o homossexualismo, a prostituição, etc. - enfim, tudo aquilo de que a "ciência oficial" não se ocupa, considerado exótico, e que é marginalizado e reprimido por uma sociedade. Apesar do termo "área do lixo" refletir ou mesmo reforçar os preconceitos correntes em nossa sociedade quanto a estes fenômenos, esta trajetória do estudo do índio para o estudo da diversidade interna a uma sociedade moderna pode ser tomada como expressão de uma importante redefinição no campo da antropologia brasileira. Segundo o antropólogo catarinense Silvío Coelho dos Santos, "a aparente tradição de estudar o indígena dependia em muito do fato de ser o Brasil um local escolhido por muitos antropólogos estrangeiros para fazerem suas pesquisas com sociedade tribais. Contudo, nos seus países de origem, os centros de antropologia exploravam sua própria área do lixo".

De fato, historicamente a principal acusação que pesa contra a antropologia é a de ser filha do colonialismo. Afinal, sua tradição de pesquisa começa com a expansão das potências européias, durante o século XIX e até a Segunda Guerra (ou mesmo antes, ampliando-se o conceito de antropologia através da ação dos missionários religiosos que estudavam os povos conquistados, principalmente africanos, com o fim de "cristianizá-los"). Não só os conhecimentos da antropologia serviram muitas vezes para facilitar a conquista como, inclusive, muitos dos mais importantes antropólogos jamais esconderam este seu papel, trabalhando a soldo dos governos coloniais. Por isso, como diz Peter Fry, antropólogo da Universidade de Campinas, mesmo depois do encerramento desta fase, a antropologia continuou com o "estigma de ciência a serviço da dominação colonial". Os antropólogos brasileiros não estão alheios a este aspecto do problema. Lux Vidal, antropólogo da Universidade de São Paulo, que estuda há anos os índios xikrin, diz: "até recentemente não tinha vontade de publicar o resultado de minhas pesquisas com os xikrin, enquanto eles estavam isolados, estavam bem e ninguém falava deles. O trabalho antropológico, além de um trabalho científico, é extremamente íntimo e pessoal. Achei que não devia falar. Mas, hoje em dia, quando os xikrin estão, não se integrando, mas sendo invadidos por todos os lados, acho que chegou a hora de se falar". Por outro lado, a mesma questão precisa ser pensada em termos mais amplos, isto é, os da responsabilidade social do antropólogo.

Em todas as ciências acadêmicas há quem procure se esquivar de sua responsabilidade social por trás do mito da "neutralidade científica". Na antropologia, isso sempre foi mais difícil, já que durante muito tempo o avanço desta ciência esteve claramente comprometido com os esquemas colonialistas. Por isso mesmo, quando se deu o processo de libertação e independência dos povos coloniais, ela se deparou de forma mais evidente com o problema político de optar por continuar comprometida com os velhos esquemas ou, ao contrário, ligar-se ao próprio processo de libertação dos povos que estudou por tanto tempo. Hoje, quando a antropologia brasileira procura definir melhor o que constitui a "área do lixo" de nossa sociedade e qual a estratégia para abordá-la do ponto de vista científico, sua responsabilidade social frente aos novos objetos de estudo e às novas preocupações continua a ser a mesma. Nas entrevistas que seguem os antropólogos procuram responder, dentro de suas áreas de interesse, e diante dessa responsabilidade social, quais entendem ser as tarefas urgentes da antropologia em nosso país.

Para o antropólogo Otávio Velho, do Museu Nacional entretanto, esta questão não é simples. Definir prioridades ou tarefas urgentes corre o risco de funcionar como uma camisa de força para a ciência. "De vez em quando, diz, a sociedade, quando está perplexa com os problemas que vive, começa a atribuir ao cientista social certos poderes mágicos que ele efetivamente não possui. Isso é muito perigoso porque a sociedade não deve transferir para os cientistas sociais a responsabilidade que é da sociedade como um todo, e que o antropólogo deve assumir na medida em que ele é um cidadão, um ser político". A questão, pois, é saber se nas nossas universidades o ensino e a pesquisa antropológica refletem este engajamento do antropólogo enquanto cidadão, resultando em produção de conhecimentos voltados para a solução dos problemas sociais legados pelo nosso passado e nosso presente histórico.

As entrevistas que seguem, colhidas entre antropólogos que optam por diferentes linhas de pesquisa e conjuntos de interesses, procuram refletir como atualmente no Brasil a antropologia vem discutindo seu próprio destino. Esta discussão não é apenas acadêmica e nem pode se restringir a especialistas, pois diz respeito ao significado social do conhecimento produzido a partir do estudo das relações entre os homens sejam eles "primitivos", civilizados, os poderosos ou o "lixo" da sociedade, como definem alguns antropólogos.